

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO – O AMOR, O SEU NOME E OS SEUS DIREITOS	17
1.1 Os obstáculos na vida de dois amantes	17
1.2 Os limites da razoabilidade como princípio instrumental de interpretação da igualdade no atual paradigma constitucional	21
1.3 O princípio antissubordinatório: uma nova perspectiva de interpretação da igualdade.....	41
1.4 Considerações gerais e plano do trabalho	51
2. A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA SOBRE AS UNIÕES HOMOAFETIVAS	57
2.1 Introdução	57
2.2 Orientação sexual na jurisprudência brasileira.....	60
2.3 A jurisprudência brasileira sobre uniões homoafetivas.....	64
2.3.1 Concubinato como sociedade de fato	66
2.3.2 União homoafetiva como sociedade de fato	79
2.3.3 Dos direitos patrimoniais aos direitos previdenciários	88
2.3.4 União homoafetiva como uniões estáveis.....	95
2.3.5 União homoafetiva como uniões estáveis: a perspectiva anticlassificatória	97
2.3.6 União homoafetiva como uniões estáveis: a perspectiva antissubordinatória	105
2.3.7 União homoafetiva como uniões estáveis: a situação atual	116
2.4 União homoafetiva e direitos difusos.....	120
2.4.1 União homoafetiva e direitos difusos: os argumentos do Ministério Público Federal.....	121
2.4.2 A posição dos tribunais.....	125
2.5 Conclusão.....	132
3. AS DIMENSÕES DA IGUALDADE NO DESENVOLVIMENTO CONSTITUCIONALISMO MODERNO	137
3.1 Introdução	137

3.2	Descartes, Locke, Kant e a construção da igualdade formal.....	141
3.2.1	Descartes e a descoberta do homem como um sujeito.....	141
3.2.2	John Locke e a construção da identidade pessoal.....	143
3.2.3	Kant e a construção do homem como ser autônomo.....	146
3.3	Racionalidade e igualdade.....	149
3.4	O princípio da igualdade no constitucionalismo liberal.....	152
3.5	A noção de igualdade no constitucionalismo social.....	161
3.5.1	Hegel: o reconhecimento na construção da subjetividade hu- mana.....	162
3.5.2	Marx e a representação do homem como um ser genérico.....	166
3.5.3	As novas dimensões da igualdade no constitucionalismo so- cial.....	171
3.5.4	A igualdade material na palavra dos tribunais.....	176
3.6	O princípio da igualdade no paradigma constitucional atual: a pro- blematização do reconhecimento.....	181
3.6.1	Axel Honneth e a questão do reconhecimento.....	182
3.6.2	Charles Taylor e a política do reconhecimento e da diferença ...	184
3.6.3	Igualdade e reconhecimento no atual paradigma constitucio- nal.....	186
3.6.4	Igualdade e reconhecimento na palavra dos tribunais.....	189
3.7	Conclusão.....	196
4.	O PRINCÍPIO ANTISUBORDINATÓRIO: UM NOVO CRITÉ- RIO PARA A INTERPRETAÇÃO DA IGUALDADE.....	199
4.1	Introdução.....	199
4.2	O princípio da razoabilidade na jurisprudência brasileira.....	204
4.3	Os limites do princípio da razoabilidade como critério de interpreta- ção da igualdade no atual paradigma constitucional.....	211
4.4	A estrutura e as funções do princípio antissubordinatório.....	216
4.4.1	Definição e função do princípio antissubordinatório.....	216
4.4.2	Pressupostos teóricos do princípio antissubordinatório.....	220
4.4.2.1	A teoria da igualdade como capacidade: pressupostos teóricos.....	220
4.4.2.2	Igualdade e diversidade humana.....	223
4.4.2.3	Funcionamentos e capacidade.....	225
4.4.2.4	Liberdade, realizações e recursos.....	227
4.4.2.5	Liberdade, condição de agente e bem-estar.....	228
4.4.2.6	Direitos e capacidades.....	230
4.4.2.7	Justiça: entre reconhecimento e redistribuição.....	233
4.4.3	Igualdade, identidade, diferença e subordinação.....	238



4.4.4	Grupos sociais e igualdade de <i>status</i>	243
4.4.5	Interpretação constitucional e promoção de capacidades	245
4.5	Razoabilidade e igualdade	249
4.5.1	Princípio da igualdade e critério de discriminação	249
4.5.2	Igualdade e racionalidade	253
4.5.3	Razoabilidade e princípios constitucionais	264
5.	HISTÓRIA DAS UNIÕES ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	273
5.1	Introdução	273
5.2	Considerações preliminares	276
5.2.1	História e sexualidade humana	276
5.2.2	Os vários sentidos do casamento nas culturas humanas	278
5.3	União entre pessoas do mesmo sexo no mundo antigo.....	281
5.3.1	Mesopotâmia.....	281
5.3.2	Egito.....	284
5.3.3	China.....	286
5.3.4	Grécia.....	290
5.3.5	Roma.....	295
5.4	União homoafetivas na Ásia, na África e nas Américas.....	298
5.4.1	União entre pessoas do mesmo sexo nas Américas.....	298
5.4.2	União entre pessoas do mesmo sexo na África	300
5.5	União homoafetivas no mundo contemporâneo	301
5.5.1	União civis entre pessoas do mesmo sexo: a via legislativa.....	303
5.5.2	União entre pessoas do mesmo sexo: o judiciário	305
6.	O PRINCÍPIO ANTISUBORDINATÓRIO E AS UNIÕES HO- MOAFETIVAS	309
6.1	Introdução	309
6.2	A homossexualidade enquanto critério de tratamento diferenciado.....	311
6.2.1	A homossexualidade enquanto categoria psicológica.....	311
6.2.2	A homossexualidade enquanto categoria sociológica.....	316
6.2.3	A homossexualidade enquanto categoria jurídica.....	319
6.2.4	Interseções entre homossexualidade e gênero	322
6.2.5	Homossexualidade como categoria de discriminação.....	328
6.3	Análise da racionalidade da exclusão dos casais homossexuais da união estável.....	330
6.3.1	O argumento do direito natural	330
6.3.2	União estável: entre a definição e a tradição.....	338
6.3.3	Definição, tradição e interpretação	340

6.3.4	O argumento da procriação e da família	348
6.3.5	Uniãos homoafetivas e interesses estatais.....	355
6.3.5.1	Tratamento discriminatório e necessidades humanas ...	355
6.3.5.2	Interesses estatais e capacidades humanas.....	365
6.3.5.3	Poligamia, homossexualidade e promiscuidade.....	370
6.3.6	O interesse estatal no reconhecimento das uniões homoafetivas.....	375
6.4	Uniãos homoafetivas e princípios constitucionais	379
CONCLUSÃO		385
REFERÊNCIAS		387
ANEXOS		395
ÍNDICE ALFABÉTICO		407

